

A actividade revolucionária no Portugal contemporâneo — uma perspectiva de longa duração

1. PERSPECTIVA TEMPORAL

O anexo 1 apresenta uma lista das mudanças de regime político e das mudanças de governo motivadas por ruptura da legalidade preexistente que ocorreram em Portugal desde 1820, assim como das principais tentativas falhadas com tais objectivos. Por ele se verifica que, nos últimos 170 anos, essas mudanças foram em número de vinte e uma (às quais se podem acrescentar três governos de ditadura não constituídos na sequência de uma mudança desse tipo¹ e os assassinios do rei D. Carlos I, em 1908, e do presidente da República Sidónio Pais, em 1918) e houve mais ou menos outras tantas tentativas importantes no mesmo sentido que acabaram frustradas. Isto produz uma média da ordem de uma revolução e uma tentativa revolucionária frustrada por década, pelo que será razoável considerar como fases de actividade revolucionária frequente aqueles períodos em que revoluções e tentativas frustradas se sucederam com intervalos inferiores a cinco anos e como fases da ausência de actividade revolucionária aqueles períodos de duração superior a cinco anos (na verdade, de duração sempre superior a dez anos) em que não se verifica qualquer revolução ou tentativa revolucionária frustrada importante.

Este critério conduz à identificação dos seguintes períodos:

De 1820 a 1851 (em boa verdade, abrangendo toda a primeira metade do século XIX) — período de intensa actividade revolucionária;

De 1852 a 1906 — período de fraca actividade revolucionária (com excepção dos anos de 1868-70);

* Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Entende-se aqui por governo de ditadura aquele em que os poderes legislativo e executivo, normalmente exercidos por órgãos distintos: o Parlamento e o Governo, se encontram concentrados neste último. É óbvio que houve mais de três governos de ditadura ao longo dos 170 anos considerados na análise. Todos se constituíram, porém, na sequência de movimentos revolucionários, com excepção dos de Hintze Ribeiro (1895-96), João Franco (1907-08) e Pimenta de Castro (1915).

De 1907 a 1934 — período de intensa actividade revolucionária;
De 1935 em diante — período de fraca actividade revolucionária (com excepção dos anos de 1974-75).

Como explicar esta alternância cronológica, em Portugal, de dois períodos de intensa actividade revolucionária e dois períodos de ausência (ou quase ausência) de actividade revolucionária?

Não pretendo apresentar aqui uma resposta categórica a esta questão. Com efeito, cruzam-se na vida política de um país factores especificamente políticos, sociais, económicos, geoestratégicos mesmo, porquanto neles pesa, não só a vida nacional, mas também o enquadramento internacional em que se inserem. Discutir o peso relativo de cada um desses factores não cabe nos objectivos deste trabalho.

Será interessante, entretanto, explorar uma pista, a da relação da intensidade da actividade revolucionária com a evolução económica do País, utilizando para o efeito os dados sobre esta evolução referidos no anexo 2.

O PERÍODO DE 1820 A 1851

O período de 1820 a 1851 foi de intensa actividade revolucionária. Verificaram-se nestes anos dez mudanças de governo com ruptura da legalidade preexistente, isto é, uma em cada três anos em média, e mais, pelo menos, oito tentativas importantes, com o mesmo objectivo, que se goraram.

Note-se que, das dez mudanças de governo com ruptura da legalidade preexistente ocorridas neste período, as cinco primeiras corresponderam a mudanças do próprio regime político: revolução liberal de 1820, restauração absolutista de 1823, entrada em vigor da Carta Constitucional em 1826, nova restauração absolutista em 1828 e implementação definitiva da Carta Constitucional na sequência da guerra civil que terminou em 1834. As duas seguintes corresponderam ainda a mudanças do texto constitucional vigente: substituição da Carta Constitucional pela Constituição de 1822 em 1836 e restauração da Carta Constitucional em 1842. A oitava esteve ligada a motins populares — a Maria da Fonte — e a nona — a Emboscada — desencadeou uma guerra civil — a Patuleia. Finalmente, a última, a chamada Regeneração, desencadeou mais uma alteração constitucional: a profunda modificação da Carta Constitucional operada pelo Acto Adicional de 1852.

Aliás, a agitação política marcava a vida portuguesa desde finais do século XVIII. Com efeito, e mercê sobretudo de circunstâncias históricas que se prendem com aspectos internacionais, a intranquilidade política vinha desde a Campanha do Rossilhão (1793-95), a que se seguiram a Guerra das Laranjas (1801) e ainda a Guerra Peninsular (1807-14), marcada pelas três invasões francesas (1807-08, 1809 e 1810-11) e pela mudança da sede do Governo para o Brasil. Mesmo entre 1814 e 1820 a tranquilidade política foi ainda abalada pela conspiração liberal de 1817 — que bem podia ser contada como mais uma revolução fracassada — e pela sua repressão.

Do ponto de vista económico, trata-se de uma época de estagnação. De acordo com as estimativas do rendimento nacional disponíveis para o período posterior a 1833 (veja-se o anexo 2), registaram-se em Portugal, até 1851, mais anos de diminuição do rendimento nacional real por habitante do que de variação positiva do mesmo indicador (foram nove anos de diminuição e um de estagnação, contra oito de subida). Poderia imaginar-se que aqueles oito anos de aumento do rendimento real por habitante mais do que compensariam os demais, mas, na verdade, assim não foi, pois a média das taxas anuais de variação do rendimento nacional real por habitante terá sido de $-0,1\%$ e a taxa média de crescimento acumulado terá sido de $+0,5\%$ ao ano. A conclusão a retirar é a de que a estagnação económica foi a tónica dominante da economia portuguesa no período.

Aliás, as dificuldades económicas também já deveriam vir de trás, possivelmente desde finais do século XVIII, pelo menos desde o fim da situação colonial do Brasil do ponto de vista económico, em 1808.

O PERÍODO DE 1852 A MEADOS DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX

Trata-se de um período marcado por ausência de actividade revolucionária em Portugal, se exceptuarmos o curto hiato que vai de 1868 a 1870, marcado pelos motins da Janeirinha e pelo golpe militar da Saldanhada, e a tentativa republicana fracassada de 1891.

É possível detectar para estes anos da vida política portuguesa uma relação entre a maior ou menor estabilidade governativa, por um lado, e o nível de cobertura das despesas efectivas do Estado pelas suas receitas efectivas e a variação do rendimento nacional real médio por habitante, por outro².

Do ponto de vista económico verificaram-se em Portugal ritmos bastante variados para o crescimento económico entre 1852 e os meados da primeira década do século XX. Assim:

- a) Pode dizer-se que, até cerca de 1860, as dificuldades foram ainda grandes, sendo de salientar sobretudo as más colheitas de meados dos anos 50, os efeitos do oídio nas vinhas e ainda os efeitos das epidemias de febre-amarela e de cólera que então grassaram no País. Foram tantos os anos de variação positiva do rendimento real por habitante quantos os anos de descida. Mas deve também assinalar-se que foi exactamente nestes anos que se lançaram (mercê também da acalmia política registada com a Regeneração, há que reconhecê-lo) as bases de um investimento público em infra-estruturas, como estradas e caminhos-de-ferro, com uma pertinácia e efeitos práticos muito maiores do que os registados nos anos 40 com o cabralismo.
- b) Seguiu-se uma fase de crescimento económico e relativa prosperidade até aos anos 90 (mais precisamente até 1888). A taxa média de cresci-

² Veja-se Mata, 1990.

mento anual acumulado do rendimento nacional real por habitante foi de +2,1 % neste período. Dos vinte e nove anos em causa, vinte e um registaram subidas no rendimento real médio por habitante, cinco estagnação e só três conheceram descida neste indicador do bem-estar. Curiosamente, foi exactamente a seguir ao curto período de dificuldades económicas associadas à Guerra do Paraguai e aos seus efeitos sobre a economia portuguesa, traduzidos no registo de dois anos económicos consecutivos de variação negativa do rendimento nacional real por habitante, que se verificou o curto período de agitação revolucionária ligada à Janeirinha e à Saldanhada.

- c) De 1888 em diante houve um abrandamento relativo do crescimento económico em Portugal, abrandamento que se manteve até à primeira guerra mundial. Porém, a estabilidade política pôde ainda manter-se por mais de uma década, até entrado o século XX.

Note-se, entretanto, que em 1891 se verificou uma revolta republicana e que em 1895-96 se verificou um período de ditadura com desrespeito pela legalidade constitucional, mas sem necessidade de movimento revolucionário para chegar ao poder, durante um dos governos de Hintze Ribeiro. Durante esse período de ditadura houve, aliás, uma alteração inconstitucional da Carta Constitucional (Acto Adicional de 1895), depois ratificada com emendas pelas Cortes (Lei de Indemnidade do Acto Adicional de 1895, de 1896).

O PERÍODO DE 1907 A 1934

Trata-se de um período de intensa actividade revolucionária em Portugal. Verificaram-se nestes vinte e sete anos oito mudanças de governo com ruptura da legalidade preexistente, isto é, uma em cada três anos em média, e mais, pelo menos, dez tentativas importantes com o mesmo objectivo, que se goraram.

Note-se que, das oito mudanças de governo com ruptura da legalidade preexistente ocorridas neste período, uma correspondeu a uma mudança do regime político — a revolução republicana de 1910 — e duas provocaram mudança do estatuto constitucional do regime republicano — as revoluções conservadoras de 1917 (sidonismo) e 1926 (de que resultou a ditadura militar que esteve na origem do Estado Novo). Duas outras alteraram a orientação política do Governo — revoluções democráticas de 1915 e radical de 1921. As três restantes limitaram-se a provocar alterações menores na vida política portuguesa — pronunciamento da GNR de Maio de 1921 e golpes de Estado de Gomes da Costa, de Junho de 1926, e de Óscar Carmona, de Julho do mesmo ano.

Além das mudanças de governo com ruptura da legalidade preexistente, devem assinalar-se neste período dois assassinios de chefes de Estado — D. Carlos I, em 1908, e Sidónio Pais, em 1918 —, em ambos os casos com repercussão

directa na orientação política do País, e dois governos de ditadura —o de João Franco, em 1907-08, e o de Pimenta de Castro, em 1915—, que chegaram ao poder sem necessidade de qualquer movimento revolucionário, mas que governaram à margem da legalidade constitucional.

Do ponto de vista económico, o início deste período é caracterizado pela continuação das dificuldades assinaladas desde 1888. A eclosão da primeira guerra mundial e a participação portuguesa no conflito só viriam agravar a situação. O retorno à normalidade foi lento, devido à continuação do processo inflacionista, iniciado com a guerra, até meados dos anos 20. Seguiram-se as dificuldades resultantes da conjuntura internacional da Grande Depressão. A tradução destas dificuldades na variação do rendimento nacional real por habitante é patenteada pela existência de dez anos (em vinte e cinco que o período comporta) de variação negativa ou nula daquele indicador.

Não foi senão depois de vencidas as sequelas económicas da Grande Depressão, por meados dos anos 30, que Portugal encontrou de novo um período com ausência de actividade revolucionária.

DE 1935 À ACTUALIDADE

Não se registou em Portugal actividade revolucionária desde meados dos anos 30 do século XX, se exceptuarmos as tentativas frustradas para derrubar o regime do Estado Novo e a agitação do curto período de 1974 e 1975.

Do ponto de vista económico, trata-se de um período misto:

- a) Foi marcado por dificuldades até aos anos 50: houve cinco anos de variação do rendimento nacional real por habitante negativa e mais seis de variação nula, nos dezoito anos que medeiam entre 1932 e 1949. Especialmente difícil foi o período da segunda guerra mundial, apesar da não participação portuguesa no conflito: foi nesse período que se registaram as descidas do rendimento nacional real por habitante. Entretanto, estes anos poderão apontar-se como uma fase preparadora do crescimento económico subsequente (tal como, no século XIX, o decénio de 50, aliás), em particular pelo volume de investimento público realizado;
- b) Do fim da segunda guerra mundial a meados dos anos 70 viveu a economia portuguesa um crescimento económico contínuo, na verdade o mais significativo da sua história contemporânea, cujo ritmo se traduziu numa taxa média de crescimento acumulado do rendimento nacional real por habitante de +5,2% ao ano;
- c) Desde meados dos anos 70, a economia portuguesa conheceu duas travagens no seu crescimento: uma em 1974-75, outra em princípios dos anos 80, ambas ligadas à conjuntura económica internacional, e em particular aos choques petrolíferos e às políticas económicas conjunturais de estímulo e estabilização seguidas. A primeira destas travagens provocou os primeiros dois anos consecutivos, desde o após-guerra, de

variação negativa do rendimento nacional real por habitante, os quais coincidiram com erupção de actividade revolucionária em Portugal em 1974 e 1975; a segunda destas travagens — mais moderada, embora mais prolongada — já não conheceu actividade revolucionária.

Um balanço das concomitâncias entre as situações de agitação ou tranquilidade revolucionária e de estagnação ou crescimento económico conduz à seguinte periodização.

Situação política	Época	Situação económica
Agitação revolucionária	1820-1851	Estagnação
Tranquilidade	1851-1861	Estagnação
Tranquilidade	1861-1888	Crescimento
Tranquilidade	1888-1907	Estagnação
Agitação revolucionária	1907-1934	Estagnação
Tranquilidade	1934-1950	Estagnação
Tranquilidade	1950 em diante	Crescimento

Uma primeira conclusão se impõe: as épocas de crescimento económico foram sempre épocas de tranquilidade política, isto é, de ausência de actividade revolucionária intensa. Como é óbvio, a proposição inversa é igualmente verdadeira: todas as épocas de agitação revolucionária intensa são caracterizadas por estagnação económica.

Porém, já a proposição contrária não é verdadeira: as épocas de estagnação económica não são necessariamente épocas de agitação revolucionária intensa. Podem sê-lo, mas também se podem caracterizar por tranquilidade política. Isto implica que também a proposição contra-recíproca se não verifica: as épocas de tranquilidade política tanto podem ser de crescimento económico como de estagnação.

Pode, entretanto, ir-se um pouco mais longe: quando se interrompe uma época de crescimento económico, tende a gerar-se um período de agitação revolucionária — foi o caso das sequelas da Guerra do Paraguai nos anos 60 do século XIX, do findar da época de crescimento económico no início da última década do mesmo século, ou dos choques petrolíferos nos anos 70 e 80 do século XX. Estes períodos de agitação revolucionária não foram, porém, duradouros.

Uma vez mais se insiste: não se propõe aqui qualquer relação causal entre a situação política e a situação económica ou vice-versa. Como escreveu Theodore P. Lianos³: «*Economic development affects political stability and it is, in turn, affected by it. The process of interaction of these two variables is neither obvious nor simple. Also their qualification for econometric*

³ Veja-se Theodore P. Lianos, «Political stability and economic development: the case of Greece, 1948-1966», in *The Journal of European Economic History*, vol. 12, n.º 2, 1983, p. 619.

purposes is difficult. But this is no reason to neglect one or the other side of their interaction.»

Efectuada uma primeira abordagem do problema no caso português, não podemos deixar de sugerir que, em consonância com o que sugere o mesmo autor⁴, «*the causal relationship between political stability and economic development runs from economic development to political stability rather than vice-versa*».

Mais do que uma conclusão definitiva, fica, todavia, a colocação do problema e um conjunto de dados para a sua análise.

2. PERSPECTIVA ESPACIAL

A eclosão dos movimentos revolucionários em Portugal, apesar de muito variada, apresentou algumas regularidades do ponto de vista espacial. Dos vinte e um casos de mudança de regime político ou de governo com ruptura da legalidade preexistente ocorridos em Portugal desde 1820, doze tiveram a sua origem em Lisboa, seis no Porto, dois no Minho e um nos Açores. É claro o predomínio da capital, seguida pela outra grande cidade do País; e é também claro o reduzido papel do resto de Portugal nestes movimentos. Se atentarmos um pouco mais na origem dos movimentos revolucionários, quer dos que se manifestaram vitoriosos, quer dos que fracassaram, é possível obter uma periodização que não coincide, aliás, com a encontrada na perspectiva temporal atrás apresentada:

De 1820 a 1834 — período de revoluções conservadoras em Lisboa e de revoluções liberais no Porto;

De 1834 a 1868 — período de triunfos no Porto e de fracassos em Lisboa;

De 1870 à actualidade — período de triunfos em Lisboa e de fracassos no Porto.

Uma vez mais se coloca a questão de explicar esta sucessão de períodos; também agora não pretendo apresentar aqui uma resposta categórica a esta questão, pois seria necessário confrontar este panorama das origens geográficas da agitação revolucionária com indicadores de natureza política, social ou económica ao nível regional. Não abundam, por enquanto, tais indicadores, pelo que não é possível uma consideração exaustiva da questão.

Será interessante, entretanto, explorar, também agora, uma pista: à falta de melhor informação para perscrutar o papel sociopolítico comparado das duas cidades de Lisboa e do Porto, que podem considerar-se as capitais da agitação revolucionária em Portugal, vale a pena ter em consideração o peso demográfico dessas cidades e das suas zonas de influência a partir dos dados do anexo 3.

⁴ Theodore P. Lianos, «Political Stability [...]», in *op. cit.*, p. 619.

O PERÍODO DE 1820 A 1834

Entre 1820 e 1834, a origem das revoluções foi por duas vezes a cidade de Lisboa, por outras duas a do Porto, havendo só a referir por uma vez os Açores. Curiosamente, Lisboa colheu triunfos nas revoluções de tipo conservador (a restauração absolutista de 27 de Maio de 1823, conhecida por Vilafrancada, e a restauração absolutista de 26 de Abril de 1828) e o Porto colheu triunfos nas revoluções de cariz liberal (a revolução liberal de 1820 e o pronunciamento que conduziu à entrada em vigor da Carta Constitucional em 31 de Julho de 1826). Esta orientação ideológica das duas cidades é confirmada pelos principais fracassos de movimentos lançados (o fracasso da revolta absolutista de 30 de Abril de 1824, em Lisboa, e o fracasso da revolta liberal de Maio a Julho de 1828, no Porto). Enfim, a guerra civil de que resultou a implementação definitiva do regime constitucional foi iniciada por uma revolta liberal em Angra, tornou-se fenómeno generalizado a várias regiões, mas o Porto teve nela um papel muito especial.

No princípio do século XIX, Lisboa contava com cerca de 190 000 habitantes e o Porto com cerca de 40 000. Não havendo cidades com mais de 20 000 habitantes e perfazendo os restantes 24 centros com mais de 4000 habitantes cerca de 90 000⁵, facilmente se conclui que o peso demográfico conjunto de Lisboa e do Porto no País era muito grande: os seus cerca de 230 000 habitantes representavam quase $\frac{3}{4}$ da população urbana portuguesa, se admitirmos que o limiar de 4000 habitantes é razoável para a definição de centro urbano no Portugal de inícios de Oitocentos. Não hesitou David Justino em escrever⁶: «Só a Lisboa e Porto se poderá aplicar para a época o conceito de cidade, sem quaisquer reservas, pelas dimensões que assumem, pelas funções que desempenham, pelos largos espaços dependentes que promovem.»

A importância demográfica das duas cidades explica sem dificuldade o seu papel de relevo na condução da agitação revolucionária. Mas talvez surpreenda o seu equilíbrio neste aspecto, perante o facto de Lisboa ter uma população quase cinco vezes superior à do Porto. Para explicar esse equilíbrio há que atender ao facto de cada uma das metrópoles do País chamar a si a liderança de uma zona de influência, dividindo o País em duas regiões, se não antagónicas ou opostas, pelo menos distintas e complementares entre si. Sobre isto escreveu David Justino⁷:

«[...] pensamos ser de considerar a hipótese de uma bicefalia urbana — em oposição à tese corrente da macrocefalia da capital —, à qual corresponderá uma bipolarização económica e uma dualidade de sistemas espaciais.

Concretamente, esta hipótese passa por se considerar Lisboa e Porto não como componentes do mesmo espaço económico, mas como pólos urbanos de dois sistemas espaciais distintos, embora não completamente independentes.»

⁵ Godinho, 1975, p. 36.

⁶ David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional — Portugal 1810-1913*, Lisboa, Vega, vol. I, s. d., p. 371.

⁷ Id., *ibid.*, p. 366.

Ora o peso demográfico da zona de influência do Porto é muito maior do que o da de Lisboa, pois abrange mais de metade da população do País, contra cerca de um terço. Este facto compensará o menor tamanho da cidade do Porto.

O PERÍODO DE 1834 A 1868

De 1834 a 1868 continuaram a ser Lisboa e o Porto os pólos promotores dos movimentos revolucionários em Portugal, mas há que reconhecer que o predomínio do Norte é evidente. Com efeito, houve quatro mudanças de regime político ou de governo com ruptura da legalidade preexistente cuja origem foi o Porto (a revolução constitucional de 10 de Setembro de 1836, a restauração da Carta, de 9 de Fevereiro de 1842, a Regeneração, de Abril de 1852, e os motins populares conhecidos por Janeirinha, de 1868), outra cuja origem foi o Minho (os motins populares de Abril-Maio de 1846, conhecidos pelo nome de Maria da Fonte) e só uma cuja origem foi Lisboa (a Emboscada de Outubro de 1846). Os triunfos das revoluções originárias do Porto foi mais frequente e o êxito lisboeta é um golpe palaciano. Quase se diria que as revoluções fracassadas couberam a Lisboa e que os movimentos revolucionários que se saldaram em triunfos foram exactamente os que haviam sido lançados pelo Porto: mesmo revoluções tentadas (e fracassadas) em Lisboa vieram a ter êxito no Porto, como foi o caso da restauração da Carta, de 9 de Fevereiro de 1842, e da Regeneração. A própria Janeirinha foi um movimento lançado pelos comerciantes do Porto como protesto contra os varejos do fisco aos seus estabelecimentos e só secundariamente apoiado por uma manifestação popular de rua em Lisboa.

Quanto a Lisboa, só registou fracassos: a revolta cartista de 3 de Novembro de 1836 (conhecida por Belenzada), a revolta cartista de Julho a Setembro de 1837 (conhecida por Revolta dos Marechais) e a revolta democrática de 13 de Março de 1838. Também a revolta democrática de 4 de Fevereiro de 1844, originada não em Lisboa, mas na sua região (Torres Novas), fracassou.

O principal fracasso do Porto foi a Patuleia. Mas o controlo dessa revolta, generalizada a muitas partes do território, só foi possível ao governo da capital após longa guerra civil de Outubro de 1846 a Junho de 1847 e com a participação de ajuda estrangeira.

A superioridade do Porto, manifestada na obtenção de sucesso dos movimentos revolucionários que lançou ou apoiou ao longo do segundo terço do século XIX, coincidiu cronologicamente com um crescimento demográfico (e económico?) mais vigoroso do que o de Lisboa: até ao censo de 1864, Lisboa terá continuado estagnada perto dos 200 000 habitantes, enquanto o Porto crescera para cerca de 80 000, o que representou aproximadamente uma duplicação. Ao mesmo tempo, o peso relativo das zonas de influência das duas cidades praticamente não se modificou. Não espanta, por isso, que o Porto tenha liderado durante estes anos a actividade revolucionária em Portugal.

O PERÍODO DE 1870 À ACTUALIDADE

Curiosamente, de 1870 à actualidade, a conclusão a retirar relativamente aos fracassos e aos sucessos das revoluções originadas em Lisboa ou no Porto inverte-se em relação ao período anterior. Com efeito, da Janeirinha em diante, Lisboa passou a comandar os movimentos de agitação revolucionária que historicamente se manifestaram bem sucedidos, enquanto os movimentos originados no Porto, ou na província em geral, saíram fracassados, se se exceptuar o pronunciamento militar de 1926, que estabeleceu a ditadura militar que deu origem ao Estado Novo.

Na verdade, houve nove revoluções bem sucedidas em Lisboa: a Saldanhada, de 19 de Maio de 1870, a revolução republicana de 5 de Outubro de 1910, a revolução democrática de 14 de Maio de 1915, a revolução conservadora de 5 de Dezembro de 1917, o pronunciamento militar de 21 de Maio de 1921, a revolução radical de 19 de Outubro de 1921, os golpes de Estado de Junho e Julho de 1926 e o pronunciamento militar democrático de 25 de Abril de 1974.

Em contrapartida, o Porto só registou fracassos: a revolução republicana de 31 de Janeiro de 1891, a revolta monárquica de Janeiro de 1919 (triumfante no Porto e rapidamente derrotada em Lisboa). Fracassou também a generalidade das revoluções originárias de outros pontos do País, como as incursões monárquicas de 1911 e 1912 a Trás-os-Montes, a revolução anti-sidonista de 12 de Outubro de 1918, ligada sobretudo a Évora e a Coimbra, e a revolta democrática de Janeiro de 1919, promovida em Santarém. Uma única excepção: a revolução de 28 de Maio de 1926, iniciada em Braga, com apoio em Évora, saiu triunfante.

A partir dos anos 60 do século XIX, o crescimento demográfico da capital revelou-se quase sempre superior ao do Porto, o mesmo acontecendo com as respectivas áreas de influência. Deste modo, Lisboa veio a atingir nos nossos dias o triplo do tamanho do Porto e a sua zona de influência quase se equilibra demograficamente com a do Porto, com cerca de 9/20 da população do País. Isto permite explicar o predomínio lisboeta na actividade revolucionária com êxito ao longo deste período de mais de um século.

Não é possível desenvolver aqui outros aspectos da questão da rivalidade entre Lisboa e o Porto e as respectivas áreas de influência. Não será, entretanto, inútil chamar a atenção, pelo menos, para um desses aspectos — o que tem a ver com o controlo de redes de transportes e comunicações. Como escreveu David Justino⁸: «A concorrência entre as duas cidades pelo domínio dos espaços envolventes faz-se sentir a diversos níveis, da política rodoviária às obras nos portos, nas propostas de encanamento de rios ou de construção de canais.»

Terá sido, neste contexto, irrelevante que, por exemplo, desde 1864 Lisboa estivesse servida directamente pelas linhas ferroviárias do Norte e do

Leste e indirectamente pela do Sul e que só em 1877 o Porto tenha obtido ligação directa à linha do Norte e na década seguinte tenha sido servido pelas linhas do Minho e do Douro? Provavelmente não, mas são questões que se deixam para pesquisas futuras.

ANEXO I

Mudanças de regime político ou de governo em Portugal desde 1820 com ruptura da legalidade preexistente e principais tentativas falhadas no mesmo sentido

Características	Data	Local	Resultado	Obs.
Revolução liberal	24/8/1820	Porto	Triunfou	1
	15/9/1820	Lisboa		
Revolta absolutista (Vila-Francada)	27/5/1823	Lisboa	Triunfou	2
Revolta absolutista (Abrilada) ..	30/4/1824	Lisboa	Fracassou	—
Pronunciamento militar	31/7/1826	Porto	Triunfou	3
Revoltas absolutistas — guerra civil	1826-1827	Diversos	Fracassaram	—
Restauração absolutista	26/4/1828	Lisboa	Triunfou	4
Revolta liberal	Mai.-Jul./1828	Porto	Fracassou	—
Revoltas liberais — guerra civil..	1828/1834	Diversos	Triunfou	5
Pronunciamento progressista (re- volução de Setembro)	10/9/1836	Porto/Lisboa	Triunfou	6
Pronunciamento cartista (Belenza- da)	3/11/1836	Lisboa	Fracassou	—
Revolta cartista — guerra civil (Re- volta dos Marechais)	Jul.-Set./1837	Diversos	Fracassou	—
Revolta progressista	13/3/1838	Lisboa	Fracassou	—
Pronunciamento cartista	9/2/1842	Porto	Triunfou	7
Revolta democrática	4/2/1844	Torres Novas	Fracassou	—
Motins populares (Maria da Fonte)	Abr.-Mai./1846	Minho	Triunfaram	8
Golpe palaciano cartista (Embos- cada)	6/10/1846	Lisboa	Triunfou	9
Revolta progressista — guerra civil (Patuleia)	Out. 1846/Jun. 1847	Diversos	Fracassou	
Pronunciamento progressista (Regeneração)	1/5/1851	Porto	Triunfou	10
Motins populares (Janeirinha) ..	4/1/1868	Porto	Triunfaram	11
Pronunciamento (Saldanhada) ..	19/5/1870	Lisboa	Triunfou	12
Revolta republicana	31/1/1891	Porto	Fracassou	—
Governo de ditadura (regenerador: Hintze Ribeiro)	1895-1896	—	—	—
Governo de ditadura (regenerador- -liberal: João Franco)	1907-1908	—	—	—
Assassinio do rei D. Carlos I . . .	1/2/1908	—	—	13
Revolução republicana	5/10/1910	Lisboa	Triunfou	14
Incursoes monárquicas	1911-1912	Trás-os-Montes	Fracassaram	
Governo de ditadura (Pimenta de Castro)	1915	—	—	—
Revolução democrática	14/5/1915	Lisboa	Triunfou	15
Revolução conservadora	5/12/1917	Lisboa	Triunfou	16

ANEXO 1 (continuação)

Características	Data	Local	Resultado	Obs.
Revolta democrática	12/10/1918	Diversos	Fracassou	—
Assassinio do presidente da República Sidónio Pais	14/12/1918	—	—	17
Revolta democrática	Jan./1919	Santarém	Fracassou	—
Revolta monárquica — guerra civil (Monarquia do Norte)	Jan.-Fev./1919	Porto/Lisboa	Fracassou	18
Pronunciamento militar	23/5/1921	Lisboa	Triunfou	19
Revolução radical	19/10/1921	Lisboa	Triunfou	20
Pronunciamento militar	28/5/1926	Braga	Triunfou	21
Golpe de Estado	17/6/1926	Lisboa	Triunfou	22
Golpe de Estado	9/7/1926	Lisboa	Triunfou	23
Revolta republicana	Fev/1927	Porto/Lisboa	Fracassou	—
Revolta republicana	20/7/1928	Lisboa/Setúbal	Fracassou	—
Revolta republicana	Abr.-Mai./1931	Madeira/Açores	Fracassou	—
Revolta republicana	26/8/1931	Lisboa	Fracassou	—
Revolta anarquista e comunista	18/1/1934	Marinha Grande	Fracassou	—
Revolta fascista	1934	Lisboa	Fracassou	—
Revolta republicana	1946	Porto	Fracassou	—
Revolta republicana	1/1/1962	Beja	Fracassou	—
Pronunciamento militar	16/3/1974	Caldas da Rainha	Fracassou	—
Pronunciamento militar	25/4/1974	Lisboa	Triunfou	24
Pronunciamento militar	28/9/1974	Lisboa	Fracassou	—
Pronunciamento militar	11/3/1975	Lisboa	Fracassou	—
Pronunciamento militar	25/11/1975	Lisboa	Fracassou	—

OBSERVAÇÕES

1 — Na sequência desta revolução liberal foi substituída a regência, realizaram-se eleições para Cortes Constituintes e foi redigida uma Constituição, que entrou em vigor em Setembro de 1822.

2 — Na sequência desta revolta absolutista foi revogada a Constituição de 1822 e constituído um governo englobando absolutistas e partidários de uma carta constitucional.

3 — Na sequência deste pronunciamento militar foi promulgada pela regente, Isabel Maria, a Carta Constitucional outorgada pelo rei D. Pedro IV e substituído o governo.

4 — Na sequência desta restauração absolutista foi aclamado rei D. Miguel I, em substituição de sua sobrinha D. Maria II.

5 — Na sequência destas revoltas liberais, iniciadas em 1828 em Angra (crismada do Heroísmo em memória deste facto), travou-se uma guerra civil nos Açores, entre 1828 e 1832, e no continente, entre 1832 e 1834, de que resultou o restabelecimento da vigência da Carta Constitucional de 1826 e a substituição do rei D. Miguel I por sua sobrinha D. Maria II.

6 — Na sequência deste pronunciamento, iniciado com a eleição de deputados progressistas no Porto e concluído com a revolta da guarnição militar de Lisboa, foi restabelecida a vigência da Constituição de 1822, realizaram-se eleições para Cortes Constituintes e foi redigida uma Constituição, que entrou em vigor em 1838.

7 — Na sequência deste pronunciamento foi restabelecida a vigência da Carta Constitucional de 1826.

8 — Na sequência destes motins foi substituído o governo formado na sequência do pronunciamento de Fevereiro de 1842.

9 — Na sequência deste golpe foi substituído o governo formado na sequência dos motins de Abril e Maio de 1846.

10 — Na sequência deste pronunciamento realizaram-se eleições para Cortes Constituintes e foi redigido um Acto Adicional à Carta Constitucional, que entrou em vigor em 1852.

11 — Na sequência destes motins foi deposto o governo de coligação dos Partidos Regenerador e Progressista Histórico, chefiado por Joaquim António de Aguiar, e constituído um governo do Partido Reformista, chefiado por António José de Ávila (conde de Ávila).

12 — Na sequência deste pronunciamento foi deposto o governo do Partido Reformista, chefiado por Nuno Moura Barreto (duque de Loulé), e constituído um governo sem ligação partidária definida, chefiado por João Oliveira Daun (duque de Saldanha). A nova situação política, acusada de ditadura militar e simpatias iberistas, só se manteve, porém, até Agosto de 1870.

13 — Na sequência deste assassinio foi deposto o governo de ditadura do Partido Regenerador-Liberal, chefiado por João Franco, e constituído um governo extrapartidário, chefiado por Ferreira do Amaral.

14 — Na sequência desta revolução foi deposto o rei D. Manuel II, constituído um governo republicano provisório, foram realizadas eleições para uma Assembleia Constituinte e foi redigida uma Constituição, que entrou em vigor em Agosto de 1911.

15 — Na sequência desta revolução foi deposto o governo de ditadura de Pimenta de Castro e restabelecida a vigência da Constituição de 1911.

16 — Na sequência desta revolução foi deposto o governo e realizaram-se eleições para uma Assembleia Constituinte, que modificou a Constituição de 1911, dando origem a uma nova situação política, conhecida por «República Nova», por oposição à «República Velha» anterior.

17 — Na sequência deste assassinio foram revogadas as modificações da Constituição de 1911 efectuadas no contexto da República Nova.

18 — Na sequência desta guerra civil foi restabelecida em toda a sua plenitude a chamada República Velha.

19 — Na sequência deste pronunciamento militar de uma fracção da Guarda Nacional Republicana foi deposto o governo, chefiado por Bernardino Machado, e constituído um governo chefiado por Tomé de Barros Queirós.

20 — Na sequência desta revolução foi deposto o governo do Partido Liberal, chefiado por António Granjo, e constituído um governo do Partido Radical, chefiado por Manuel Maria Coelho. O assassinio do presidente do Ministério deposto e de várias outras personalidades, na noite em que a revolução triunfou (facto conhecido por «Noite Sangrenta»), abalou o prestígio da nova situação política, a qual, apesar da constituição em Novembro de um novo governo, chefiado por Carlos Maia Pinto, apenas durou até Dezembro de 1921.

21 — Na sequência deste pronunciamento militar estabeleceu-se uma ditadura militar, a qual durou até à entrada em vigor, em Abril de 1933, de uma Constituição aprovada em plebiscito em Fevereiro de 1933.

22 — Na sequência deste golpe de Estado, o governo militar, presidido por Mendes Cabeçadas, foi substituído por outro governo militar, presidido por Gomes da Costa.

23 — Na sequência deste golpe de Estado, o governo militar, presidido por Gomes da Costa, foi substituído por outro governo militar, presidido por Óscar Carmona.

24 — Na sequência deste pronunciamento militar foram depostos os órgãos de soberania no poder nos termos da Constituição de 1933, foi constituída uma Junta de Salvação Nacional, depois substituída por um Conselho da Revolução, foram formados sucessivamente seis governos provisórios e realizadas eleições para uma Assembleia Constituinte, que redigiu uma Constituição, que entrou em vigor em Abril de 1976.

Nota metodológica — Se não há dificuldades de maior com a noção de mudança de regime político ou de governo com ruptura da legalidade preexistente, é evidentemente difícil determinar com rigor o que seja uma tentativa importante frustrada nesse sentido. A lista apresentada inclui os casos habitualmente citados nas histórias políticas, mas deve sublinhar-se que não foi aplicado qualquer critério objectivo para medir a importância das tentativas referidas.

ANEXO 2

Evolução do rendimento nacional em Portugal desde 1833 para períodos seleccionados

Período	Taxa de crescimento anual acumulada tendencial (percentagem)			
	PIB real	População	PIB real por habitante	
1833-1851	+ 0,9	+ 0,4	+ 0,5	
1852-1906	+ 2,2	+ 0,7	+ 1,5	
1907-1931	+ 0,7	+ 0,6	+ 0,1	
1932-1985	+ 4,2	+ 0,6	+ 3,6	
1833-1985	+ 2,1	+ 0,7	+ 1,4	
Número de anos com variações do PIB real por habitante				
	Negativas	Nulas	Positivas	Total
1833-1851	9	1	8	18
1852-1859	4	0	4	8
1860-1888	3	5	21	29
1889-1906	8	4	6	18
1907-1931	9	1	15	25
1932-1949	5	6	7	18
1950-1973	0	1	23	24
1974-1985	3	3	6	12
1833-1985	41	21	90	152

Fonte: Nunes, Mata, Valério, 1989.

ANEXO 3

Evolução da população das principais cidades e regiões do País desde 1820

1.ª PARTE — PRINCIPAIS CIDADES

Época	Portugal	Lisboa			Porto		
	Valor	Valor	Variação	Peso	Valor	Variação	Peso
1820	3261	210	—	6	60	—	2
1864	4287	190	- 0,2	4	89	0,9	2
1878	4699	241	+ 1,7	5	111	+ 1,6	2
1890	5103	301	+ 1,9	6	146	+ 2,3	3
1900	5447	351	+ 1,5	6	166	+ 1,3	3
1911	5999	432	+ 1,9	7	192	+ 1,3	3
1920	6080	485	+ 1,3	8	202	+ 0,6	3
1930	6802	592	+ 2,0	9	230	+ 1,3	3
1940	7755	694	+ 1,6	9	259	+ 1,2	3
1950	8510	831	+ 1,8	10	348	+ 3,0	4
1960	8889	1007	+ 1,9	11	420	+ 1,9	5
1970	8648	1219	+ 1,9	14	446	+ 0,6	5
1981	9833	1573	+ 2,3	16	514	+ 1,3	5

Fontes: Para 1820, Serrão, 1973; para os restantes anos, recenseamentos gerais da população.

Unidades: valores em milhares de habitantes; variações em percentagem anual acumulada; pesos em percentagem da população de Portugal.

Observação — Procurou-se, a partir da segunda guerra mundial, considerar as populações das áreas urbanas, e não apenas das cidades. Na área urbana de Lisboa foi incluída a população dos centros de mais de 10 000 habitantes dos concelhos de Lisboa, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Loures, Moita do Ribatejo, Montijo, Oeiras, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira. Na área urbana do Porto foi incluída a população dos centros de mais de 10 000 habitantes dos concelhos de Porto, Gaia, Gondomar, Maia, Matosinhos e Valongo.

A actividade revolucionária em Portugal

2.ª PARTE — REGIÕES

Época	Portugal	Norte		Sul		Ilhas	
	Valor	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
1820	3261	1907	58	1071	33	283	9
1864	4287	2435	57	1492	35	360	8
1878	4699	2612	56	1692	36	395	8
1890	5103	2793	55	1921	38	390	7
1900	5447	2920	54	2120	39	407	7
1911	5999	3138	52	2448	41	413	7
1920	6080	3098	51	2571	42	412	7
1930	6802	3366	49	2969	44	468	7
1940	7755	3809	49	3410	44	537	7
1950	8510	4151	49	3770	44	588	7
1960	8889	4350	49	3943	44	596	7
1970	8648	4199	49	3909	45	540	6
1981	9833	4665	47	4672	48	496	5

Observação — Foi incluída no Norte, em 1820, a população das províncias da Beira (com excepção da comarca de Castelo Branco), do Minho e de Trás-os-Montes e, de 1864 em diante, a população dos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu; foi incluída no Sul, em 1820, a população das províncias do Alentejo, do Algarve e da Estremadura e da comarca de Castelo Branco e, de 1864 em diante, a população dos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal; foi incluída nas ilhas a população dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

BIBLIOGRAFIA

- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975.
- JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional — Portugal 1810-1913*, Lisboa, Vega, 2 vols., s. d.
- LIANOS, Theodore P., «Political stability and economic development: the case of Greece, 1948-1966», in *The Journal of European Economic History*, vol. 12, n.º 2, 1983.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Palas, vol. II, 1972.
- MATA, Maria Eugénia, «Conjuntura económica e conjuntura política em Portugal, da Regeneração à República», in *Economia*, vol. XIV, n.º 9, 1990.
- NUNES, Ana Bela, Maria Eugénia Mata e Nuno Valério, «Portuguese economic growth, 1833-1985», in *The Journal of European Economic History*, vol. 18, n.º 2, 1989.
- PERES, Damião, *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, vol. VII e suplemento, 1933.
- SERRÃO, Joel, *Demografia Portuguesa*, Lisboa, Horizonte, 1973.